

Lições do povo

As eleições realizadas, recentemente, na Inglaterra e na França representam fatos políticos dignos de exame. São uma advertência, sobretudo, aos conservadores e aos que detêm o poder. Se os dois pleitos revelam particularidades ou diferenças, encerram identidades, que conduzem às mesmas conclusões. Em ambos foram derrotados os partidos no poder, que defendiam o liberalismo econômico. Nos dois, as forças vitoriosas, conquanto vinculadas à esquerda, não sustentaram posições radicais, antes moderadas. Na Inglaterra, o Partido Conservador governava há quase duas décadas. Na França, os grupos dirigentes vinham de conquista recente. Na Ilha gloriosa, todas as pesquisas de opinião refletiram a tendência de resultados favoráveis ao Partido Trabalhista. Na terra da Revolução de 1789 as indicações variaram até os últimos momentos.

Numa e noutra nação, as apurações confirmaram as expectativas anunciadas. Se não houve surpresa na Inglaterra, os números verificados na França ultrapassaram todas

as previsões. Afinal, o governo, há pouco instaurado, e tendo maioria do Parlamento, é que convocara as eleições. Notoriamente as antecipou no propósito de renovar sua maioria por tempo mais largo, para que pudesse adotar medidas impopulares, sem risco de apoio parlamentar. Não anunciou as providências. "Com vinagre não se apanham moscas". Era sabido, porém, que, diante das dificuldades em curso, queria submeter o povo a soluções amargas.

O povo, entretanto, é mais atilado do que supõem muitos governantes. Experimentando os maus efeitos de política prejudicial aos interesses gerais, usa o voto em sua defesa. À vezes o faz sem prévio aviso, como de certo modo ocorreu na França. A maioria silenciosa não se antecipou em manifestações expressas, ou ruidosas. O desemprego em massa preferiu a repulsa traduzida no voto secreto. E o governo conservador foi tragado pela crença preponderante na ação socialista, ou pela descrença no poder atual.

Os resultados desses dois embates eleitorais mostram, em primeiro

lugar, que não está sepultado o pensamento social ou socialista, como imaginou o neoliberalismo. As idéias que confraternizam com o sofrimento popular não sucumbem, se não desaparece a pobreza, nem seus males. Em períodos cíclicos essas idéias podem sofrer eclipse, como após o fracasso dos regimes comunistas europeus. Com o tempo, superados equívocos e preconceitos, apurado que as desigualdades e as injustiças persistem nos regimes aliados ao capitalismo, a verdade vai ressurgindo. Os artifícios enganadores cedem à clareza da realidade. E a consciência coletiva vence a névoa e se situa na claridade, despreza o engano e se alia à mensagem de esperança sem exagero.

Nas duas eleições ainda se apurou esse fenômeno: os grupos de esquerda mantiveram atitude de equilíbrio. Perceberam que o povo quer medidas saneadoras de erros e criadoras de bem-estar. Sensatamente apreenderam que não era hora de propaganda exaltada de idéias e soluções irrealizáveis, nem de reformas sem objetividade e

justiça. Conter paixões não é recuar de finalidades certas, mas buscá-las com segurança.

O problema, agora, nos dois casos, é que os novos governos não esqueçam suas idéias, não desprezem os princípios que os tornaram vencedores e saibam aplicá-los com firmeza, visando a objetivos humanos. As reformas democráticas não pedem dureza, nem desrespeito a direitos reconhecidos. Requerem firmeza dentro da lei, e lealdade ao povo nas soluções adotadas. Não basta programar mudanças e discuti-las, na tentativa de impô-las como verdades sagradas. As decisões na democracia são tanto mais aceitas quanto representem a média do pensamento de forças divergentes. Só as ditaduras presumem deter a verdade absoluta. Nas democracias, sempre que são reproduzidas as práticas ditatoriais, retardam-se ou se deformam as boas decisões. A vitória real não consiste na conquista do poder, mas em fazê-lo instrumento de felicidade coletiva.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia